

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Adesão a plano do gás pode ser um dos critérios para Estados receberem recursos do pré-sal

Secretário do Tesouro Nacional ressaltou que o tema ainda está em discussão no Ministério da Economia

26.jun.2019 às 18h17

Fábio PupoDanielle Brant
BRASÍLIA

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que a adesão de Estados a novas regras no mercado de gás pode ser apenas um dos critérios para que eles recebam parte do dinheiro que a União detém hoje no Fundo Social (composto por recursos oriundos da exploração do petróleo).

Para aderir, o estado teria que aceitar realizar mudanças na distribuição de gás, o que poderia incluir privatização e outras medidas regulatórias.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) estuda há meses a divisão do Fundo, hoje exclusivamente do governo federal, com Estados e municípios. Guedes já chegou a afirmar que pretendia repassar até 70% do Fundo Social para os entes subnacionais.



Estação de compressão de gás natural de São Carlos. - Edson Silva-26.jul.2013/Folhapress

"O governo está estudando uma forma de dividir o fundo social com Estados e municípios. Um dos critérios poderia ter relacionamento com o mercado de gás", afirmou Mansueto. Ainda segundo ele, pode haver uma "cesta" de itens a serem cumpridos pelos entes para que recursos sejam transferidos.

Apesar disso, ele ressaltou que o tema ainda está em discussão no Ministério da Economia. "Nada disso está decidido. Está em fase bem embrionária", afirmou.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 27/06/2019	Coluna: Economia



CÂMARA APROVA INCLUSÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS NA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PETRÓLEO



27 Junho, 2019

O projeto que prevê nova distribuição dos recursos obtidos com a exploração do petróleo foi aprovado nessa quarta-feira (26) na Câmara dos Deputados. No novo texto, são incluídos estados e municípios na divisão dos recursos. O texto já foi aprovado pelo Senado, mas foi alterado pela Câmara e, por isso, retornará para nova análise dos senadores.

Pelo texto aprovado pela Câmara, os recursos serão divididos da seguinte maneira: 30%: Fundo Social; 30%: fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM); 20%: investimentos da União em saúde e em educação; 20%: Fundo de Expansão dos Gasodutos.

AJUDA DESPERDIÇADA

Fora da reforma, 12 estados e DF perdem chance de cortar déficit em ao menos 50%

RENNAN SETTE BRUNO GÓES
economia@oglobo.com.br
RIO DE JANEIRO

Um dos principais defensores de que a reforma da Previdência seja válida também para estados e municípios, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), saiu ontem de uma reunião com governadores do Nordeste sem um acordo sobre a inclusão dos entes na proposta. Retirados do texto que tramita no Congresso, 12 estados e o Distrito Federal perderão a chance de cortar ao menos à metade o déficit previdenciário em uma década, mostram cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado. Dois deles (MT e PA) e o DF seriam capazes, inclusive, de tornar superavitários seus regimes próprios caso os estados fossem incluídos na reforma da União.

Maia voltou a destacar que, caso estados e municípios não sejam incluídos na proposta, o país terá problemas a curto prazo, com prejuízo à União, que teria de socorrer os entes da federação.

são os estados do Sudeste, cujos déficits são muito elevados — afirmou Pellegrini.

No estudo, o analista observou que, mesmo entre os dez estados que teriam uma redução do déficit inferior a 50% no período, cinco teriam desempenho razoável: Goiás, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Paraíba conseguiriam diminuí-lo em pelo menos 40%.

Como os déficits precisam ser cobertos pelos Tesouros estaduais, a redução desses rombos liberaria mais recursos para os estados investirem em saúde, educação e obras de infraestrutura.

A economia só seria considerada “insatisfatória” nos principais estados das regiões Sudeste e Sul: São Paulo (redução de 31,8% do déficit em dez anos), Minas Gerais

(60%) e que aqueles que já a descumprem fiquem ainda mais pressionados. Nos últimos anos, o que tem sido feito é frear esse movimento, acomodar o gasto maior com aposentados, gastando menos com os servidores ativos. O problema é que uma hora isso impacta a qualidade do serviço público — disse Pellegrini.

Os únicos estados com superávit previdenciário são Roraima, Amapá, Tocantins e Rondônia, todos “novos”, criados na década de 80, com uma parcela maior de servidores na ativa — e, em dois deles, com parte do funcionalismo ainda paga pela União. Nestes casos, o efeito da reforma seria aumentar em R\$ 16,1 bilhões o superávit somado em uma década.

MEDIDAS PARA CONTER GASTO

Outro pesquisador, o especialista em contas públicas Raul Velloso, calcula que a reforma da Previdência daria um alívio fiscal importante aos estados já a curto prazo. Se as mudanças aplicadas à União também fossem adotadas por eles, a economia total seria de R\$ 26,2 bilhões apenas nos dois

Dois estados e o DF seriam capazes de levar ao superávit seus regimes de previdência

Se o texto da reforma for aprovado como está, caberá às assembleias legislativas lidar com um desequilíbrio financeiro que crescerá 4,7% ao ano até 2030 no conjunto de estados — tarefa que, segundo especialistas, esbarrará na fragmentação do debate e na pressão do funcionalismo local.

RISCO DE DESCUMPRIR LRF

Responsável pelo estudo da IFI, o analista e consultor legislativo do Senado Josué Pellegrini considerou o impacto da reforma sobre o rombo previdenciário de cada estado registrado em 2017, já que não há dados disponíveis que projetem a evolução do déficit nos próximos anos sem a reforma.

— Com a reforma, o impacto seria considerado bom, já que dez anos não é um tempo relativamente curto para uma reforma desse tipo. A exceção

(29,8%), Rio (27,2%), Santa Catarina (20,6%) e Rio Grande do Sul (apenas 15,2%). Caso os governos regionais ainda sejam incluídos na reforma, esses estados economizariam R\$ 151,8 bilhões em dez anos — ou 43% do poupado por todas as unidades da federação no período —, pois eles registram hoje desequilíbrio previdenciário mais dramático. Isso acontece porque contam com proporção elevada de aposentados e regras de aposentadoria mais generosas. Nesses casos, a reforma proposta pelo Executivo seria insuficiente para lidar com o déficit, exigindo medidas extras.

— O problema é que, como não vão aderir à reforma, aumentou em muito a probabilidade de que mais estados descumpram os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para gastos com pessoal

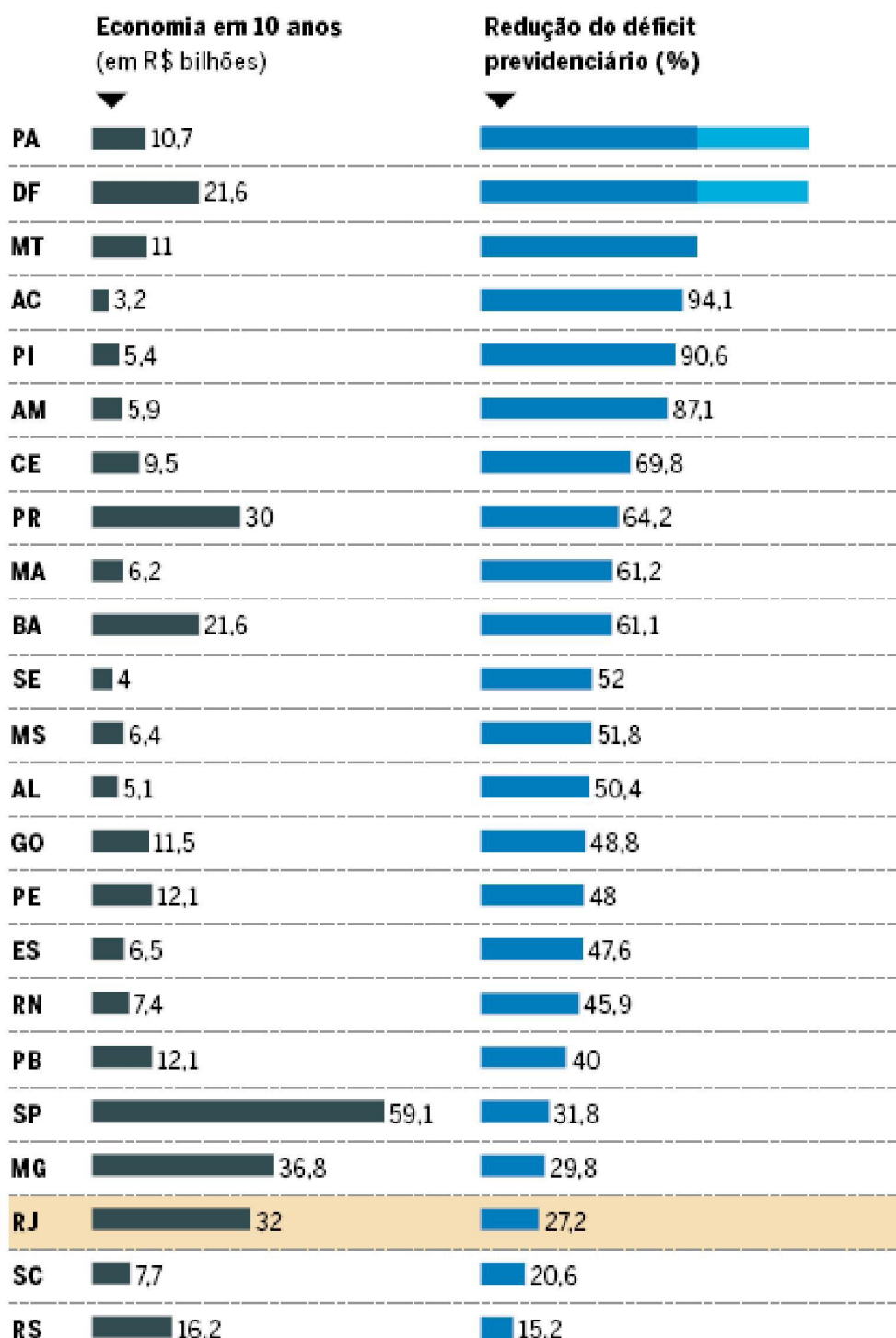
primeiros anos. O valor equivaleria a 37,2% do déficit orçamentário geral dos estados projetado para 2019 e 2020 somados, de R\$ 70,4 bilhões, segundo Velloso:

— Os estados projetam um déficit total médio anual de R\$ 35,2 bilhões em 2019 e 2020, dos quais as perdas previdenciárias são parte dominante. Isso é impossível de administrar. A introdução deles na reforma teria um impacto médio anual da ordem de R\$ 33 bilhões, o que resolveria o problema, se não levarmos em consideração os cerca de R\$ 100 bilhões em valores atrasados, herdados de administrações estaduais passadas.

Para tentar ajudar os governos regionais a lidarem com o desequilíbrio previdenciário, o relator Samuel Moreira (PSDB-SP) incluiu mudanças no texto que dão algum alívio

O IMPACTO PERDIDO

Se o relatório da reforma da Previdência incluísse os estados, unidades da federação teriam um alívio substancial em suas contas na próxima década



Nestes três casos, o índice de redução superaria 100% com a reforma porque as mudanças tornariam seus regimes de previdência superavitários

4,7%

É o crescimento anual do déficit previdenciário dos estados projetado até 2030 sem reforma

Roraima, Amapá, Tocantins e Rondônia são os únicos estados com superávit previdenciário. Como são estados novos, têm menor parcela de servidores aposentados

Para estes estados, nem mesmo a inclusão na reforma é suficiente para reequilibrar as contas de seus sistemas de aposentadoria

R\$ 342 bilhões

é o total da economia em 10 anos

Fonte: "A Situação das Previdências Estaduais", da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Editoria de Arte

aos estados. A principal é a proibição de incorporação de pagamento adicional por cargos comissionados nas aposentadorias. Esse impedimento já existe na esfera federal.

Além disso, o relatório torna facultativa a adoção do abono-permanência, dado a servidores que atingem as condições para se aposentar e decidem

permanecer na ativa. Quem já recebe o benefício teria o pagamento mantido.

Por outro lado, o relator incluiu uma medida que beneficia os servidores. Foi retirada a obrigatoriedade, prevista no texto original, de governadores e prefeitos criarem contribuições temporárias extraordinárias pa-

ra solucionar o déficit de seus regimes. Também saiu da proposta a exigência para que os entes federativos com rombos nos planos de aposentadoria aumentem a alíquota de contribuição para o mínimo de 14% (mesmo percentual da União), em um prazo de 180 dias.

Colaborou Stephanie Tondo

Tribuna

Maia quer incluir estados e municípios em reforma

FERNANDA VIVAS
TV GLOBO

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que busca um acordo para incluir os estados na reforma da Previdência ainda na comissão especial. A reforma está no terceiro dia de debate na comissão, e a próxima etapa é a votação do parecer do relator, Samuel Moreira (PSDB-SP), o que pode acontecer ainda nesta semana. O texto a ser

aprovado pela comissão especial será enviado para o plenário da Câmara.

"Alguns governadores devem estar em Brasília entre ontem [terça] e hoje [quarta]. Eu pretendo, antes de o relator ler a complementação de voto, que a gente possa ter diálogo com todos os governadores sobre algum acordo para inclusão dos governadores já na comissão", declarou Rodrigo Maia.

No início de junho, na semana em que o parecer da reforma da Previdência foi

apresentado, os líderes da Maioria informaram que a ampliação das novas regras de aposentadoria para estados e municípios seria feita por meio de mudança durante a votação da proposta no Plenário da Câmara. O texto do relator Samuel Moreira, apresentado no último dia 13, não conta com novas regras para estes entes.

O presidente argumentou que não adianta excluir os governadores da reforma da Previdência, já que os efeitos retornam ao Congresso e ao governo federal.

"A gente vê a pressão que os estados estão fazendo por recursos. Então não adianta excluir os governadores, porque depois o problema volta para o Congresso Nacional, volta para o Executivo federal". da A inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência divide os deputados. Quem é a favor da inclusão aponta a situação das contas públicas estaduais; já quem é contra afirma que a reforma poderá perder votos se tiver normas para servidores de outros entes.



SEGUNDO Rodrigo Maia, objetivo é conversar com governadores para chegar a um acordo.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Servidor homem até escapa da reforma da Previdência; mulher não

Nova regra de pedágio beneficia funcionário público que tiver contribuído por 35 anos

26.jun.2019 às 17h49

Ana Estela de Sousa Pinto

SÃO PAULO

Servidores homens que ingressaram na União antes de 2003 são os principais beneficiados pelo novo texto da reforma da Previdência, o relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

Parte deles consegue escapar da reforma por causa de uma nova regra introduzida por Moreira na proposta original do governo Bolsonaro, se o novo texto for aprovado sem alterações.

São especialmente favorecidos os funcionários homens que tiverem contribuído por 35 anos quando a nova lei for publicada: eles poderão usar o pedágio, uma nova regra de transição (condições alternativas à nova lei, para quem já está trabalhando).

Pelo pedágio, o servidor homem poderá se aposentar com benefício igual ao salário do último cargo ocupado (a chamada integralidade) e reajuste igual ao da ativa (paridade) quando completar 60 anos de idade, pagando um pedágio de 100% do tempo que faltar para 35 anos de contribuição. (É preciso também ter 20 anos de serviço público e 5 no cargo.)

Ou seja, quem já tem 35 anos de contribuição não precisa pagar pedágio, e se aposenta ao completar 60 anos, a mesma idade estabelecida atualmente, segundo advogados previdencialistas ouvidos pela **Folha**.

Pela proposta original do governo, o servidor homem teria que esperar até os 65 anos de idade se quisesse receber o benefício mais alto, que pode chegar ao dobro da média de seus salários.

A nova regra de pedágio vale também para servidoras mulheres, mas, no caso delas, a idade mínima exigida é de 57 anos, 2 a mais que a regra atual: hoje, elas precisam ter completado 55 anos de idade e 30 de contribuição.

O texto do relator alivia a espera das servidoras na comparação com a proposta original do governo —que propunha 62 anos para a integralidade—, mas nenhuma mulher escapará da reforma.

O novo texto também antecipa o tempo que será preciso esperar para a aposentadoria mais alta em até cinco anos, em relação ao texto enviado pelo governo, em pelo menos 1/5 dos casos de servidores homens e 1/4 dos casos de servidores mulheres, mostra simulação da **Folha**.

Foram analisadas as idades necessárias para obter a aposentadoria mais alta na proposta original e no novo texto em 1.749 combinações de idade e tempo de contribuição de servidores homens. Em 365 casos (20,8%) há redução do tempo de espera, e em 90 casos (1 a cada 4 desses 365) a reforma deixa de ter efeito.

Em relação às mulheres, há ganho de tempo em 466 casos (26,6%), mas todas elas são afetadas pelo novo texto.

Além de facilitar o acesso dos servidores federais antigos aos benefícios mais altos, o relatório mantém o artigo que eleva a aposentadoria de todos os policiais federais e agentes penitenciários federais que ingressaram no serviço público entre 2004 e 2013.

Eles passarão a ter direito à integralidade. Hoje, todo funcionário público que começou a trabalhar nesse período tem como benefício a média dos 80% maiores salários de contribuição.

A nova regra de pedágio também foi criada para o trabalhador do setor privado, e, em relação à proposta original de Bolsonaro, também reduz a espera em parte dos casos, mas todos terão que esperar mais que atualmente, já que acaba a aposentadoria sem idade mínima.

Além disso, o relator mudou a base de cálculo da aposentadoria do trabalhador privado que está a menos de dois anos de se aposentar, o que pode significar uma queda mensal de até R\$ 700 no valor do benefício, segundo o advogado Luiz Felipe Pereira Veríssimo, do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários).

O projeto, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, ainda deve ser alterado pelos congressistas e, para ser aprovado, precisa ter três quintos de votos favoráveis (308 deputados de 49 senadores), em duas votações em cada Casa.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 27/06/2019	Coluna: Economia



DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA ATINGE R\$ 80 BILHÕES EM 5 MESES, DIZ GOVERNO



27 Junho, 2019

O Ministério da Economia informou que, de janeiro a maio deste ano, o déficit nas contas da Previdência Social chegou a R\$ 80,7 bilhões. O Tesouro Nacional e o Banco Central tiveram, juntos, superávit de R\$ 63,3 bilhões. É por causa dessa diferença que as contas públicas do Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – tiveram déficit de R\$ 17,4 bilhões no período. “O gasto com a Previdência continuará crescendo nos próximos anos, mas crescerá de forma mais lenta com a aprovação da reforma da Previdência”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Segundo o governo, o déficit global da Previdência este ano, somando os trabalhadores da iniciativa privada, que se aposentam pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e os servidores públicos civis e militares, será de R\$ 314,9 bilhões, o que representa 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país).

Dívida Pública

O governo também divulgou nesta quarta-feira as projeções para a evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), cuja trajetória de crescimento começou em 2014 e deve alcançar o pico no atual governo, chegando a 82,2% do PIB em 2022. No ano passado, a dívida ficou em 77,8% e deve encerrar 2019 na casa dos 80%. A trajetória de alta deverá ser revertida a partir de 2023, ficando em patamares próximos de 71% em 2028. A média de países emergentes, como o Brasil, é de uma dívida de cerca de 50% do PIB, conforme dados informados pelo Tesouro Nacional. “Se o Brasil fosse um país desenvolvido, uma dívida bruta de quase 80% do PIB não seria tão preocupante. Tem país desenvolvido [em] que a dívida é acima de 100% do PIB, mas, para países emergentes, a média de endividamento é em torno de 50% do PIB. Então, para o grupo de países [de] que nós participamos, [com] que as agências de classificação de risco nos comparam, a nossa dívida está excessivamente elevada”, disse Mansueto.

Teto de gastos

No caso da regra do teto de gastos, que impõe limite orçamentário para os gastos públicos, o Tesouro Nacional informou que, nos primeiros cinco meses do ano, foi executado um total de 38,2% do valor total previsto, que é de R\$ 1,4 trilhão. Entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público da União, a maioria dos órgãos vem executando o orçamento em valores inferiores ao limite permitido pelo teto, com algumas exceções. “No acompanhamento por órgão, que é uma exigência dessa regra, tem órgãos que estão com a execução acumulada, de janeiro a maio, com valor superior ao que ele pode crescer no ano como um todo. Esses órgãos são a Justiça Militar da União e o Ministério Público da União”, disse o secretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Pedro Jucá.

Regra de ouro

O secretário adjunto do Tesouro, Otávio Ladeira, informou que, após o Congresso Nacional aprovar crédito suplementar no valor de R\$ 248,9 bilhões, o governo terá uma folga de R\$ 1,8 bilhão neste ano para o pagamento de despesas correntes, como água, energia e outros gastos de custeio da máquina pública. Sem esses recursos, o governo descumpriria a chamada regra de ouro. Esse mecanismo determina que o governo não pode endividar-se para financiar gastos correntes, mas apenas para despesas de capital (como investimento e amortização da dívida pública) ou para refinarçar a dívida pública. Nos últimos anos, os sucessivos déficits fiscais têm posto em risco o cumprimento da norma, o que tem levado o Tesouro a buscar fontes de recursos para ter dinheiro em caixa e reduzir a necessidade de emissão de títulos públicos, o que aumenta a dívida federal.

Parte desse crédito extra aprovado no Parlamento, cerca de R\$ 171,2 bilhões, foi transferida para pagamento de despesas de 2020, ano para o qual ainda não há recurso em caixa para quitar todas as contas previstas, por isso, esse remanejamento. “Mesmo com a transferência desses R\$ 171,2 bilhões de 2019 para 2020, a deficiência que estava sendo observada na regra de ouro em 2019, superior a R\$ 100 bilhões, transformou-se em uma suficiência de R\$ 1,8 bilhão”, explicou Ladeira. Para 2020, ainda há uma deficiência prevista de R\$ 93,7 bilhões, que o governo precisará cobrir com recursos extras, mas Otávio Ladeira prevê um cenário mais favorável, com mais devoluções de recursos ao caixa federal por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de dinheiro que da cessão onerosa. No caso do BNDES, o banco está devolvendo, de forma parcelada, cerca de R\$ 500 bilhões emprestados pela União nos últimos anos, recursos usados para reforçar a carteira de crédito do banco.

Já a cessão onerosa do contrato firmado entre governo e Petrobras, que garantiu à empresa a exploração de 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal, é pelo prazo de 40 anos. Em troca, a estatal antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo, mas os excedentes dos volumes descobertos de petróleo na área ultrapassam os 5 bilhões de barris e, por isso, a União ainda receberá mais recursos sobre essas jazidas.



Crítica de Guedes a Congresso e atraso em emendas tumultuam votação da reforma

Deputados ameaçam esvaziar sessão marcada para esta quarta-feira em reação à fala do ministro da Economia, que teria se referido ao Parlamento como 'máquina de corrupção', e em represália à demora na liberação de R\$ 20 milhões em verbas para cada parlamentar

Vera Rosa e Camila Turtelli, O Estado de S. Paulo

27 de junho de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Uma nova briga do governo com o Congresso pode atrasar a votação da **reforma da Previdência**. Agora, deputados da **Comissão Especial** da Câmara que analisa a proposta de mudança na aposentadoria ameaçam esvaziar a sessão marcada para hoje em represália a críticas do ministro da Economia, **Paulo Guedes** – que teria usado o termo “máquina de corrupção” para se referir ao Congresso –, e também ao atraso na liberação de emendas parlamentares.

A estratégia conta com o apoio do presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ) e inviabiliza a leitura do voto do deputado **Samuel Moreira** (PSDB-SP), relator da reforma.

A irritação ocorreu porque os deputados ficaram sabendo que, na noite de terça-feira, Guedes tinha atacado o Legislativo em conversa com o governador do Ceará, Camilo Santana (PT). Contrariado com “provocações” de Maia (DEM-RJ), que definiu o governo como “uma usina de crises”, Guedes teria afirmado que “o Congresso é uma máquina de corrupção.”

O ministro negou que tenha usado a expressão nesse contexto. Já o governador disse que Guedes “nunca fez esse comentário na reunião”.

Depois de subir à tribuna para dizer que “é inaceitável que sejamos chamados de máquina de corrupção”, o deputado Alexandre Frota (PSL-SP) voltou atrás e tentou conter a rebelião no plenário depois de conversar com o ministro por WhatsApp. “Eu disse que temos de trabalhar juntos e não cairia na provocação de reagir à acusação de usina de crises”, escreveu o Guedes ao deputado.

Pouco antes dessa polêmica, o Congresso já demonstrava impaciência com a falta de articulação política do governo. Tanto Maia como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, receberam governadores do Norte e Nordeste que querem incluir Estados e municípios na reforma da Previdência. As reuniões terminaram em impasse.

Emendas

Pouco antes, deputados já se queixavam de que o Palácio do Planalto não cumpre acordos. Líderes de vários partidos – do Centrão e da oposição – confirmaram ao Estado que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, prometeu liberar neste ano R\$ 20 milhões em emendas, para cada parlamentar, e outros R\$ 20 milhões em 2020, antes das eleições municipais.

A primeira leva seria paga em duas parcelas: R\$ 10 milhões após o voto favorável à reforma na comissão especial e outros R\$ 10 milhões depois da aprovação da proposta no plenário. A Casa Civil nega o acordo. “As emendas não estão sendo pagas e há uma justa reivindicação”, disse o líder do PL, deputado Wellington Roberto (PB). “Não é um toma lá, dá cá, mas esperamos que o governo cumpra o que a lei manda.”

Veículo: Metro1	
Data: 27/06/2019	Caderno: Política



Política

Governo libera lote extra de emendas a apoiadores da reforma

Serão R\$ 10 milhões a mais por congressista que apoiar o governo na comissão especial da Câmara Federal e outros R\$ 10 milhões extras no plenário



Foto: Arquivo/ Agência Brasil

Por **Juliana Almirante** no dia 27 de Junho de 2019 · 07:20

O governo abriu ontem (26) o sistema digital de vários ministérios a fim de liberar lotes extras de emendas a deputados que confirmaram votar a favor da reforma da Previdência.

De acordo com a Folha, com o acerto, serão R\$ 10 milhões a mais por congressista que apoiar o governo na comissão especial da Câmara Federal e outros R\$ 10 milhões extras no plenário.

A abertura do sistema nos ministérios significa dar acesso remoto aos congressistas e prefeitos às rubricas específicas em que eles podem encaminhar verbas do Orçamento.

Os valores podem ser destinados a obras e investimentos em redutos eleitorais, a exemplo de recapeamento de ruas, construção de quadras esportivas e creches.

O presidente Jair Bolsonaro sempre foi crítico do que chamava de “toma lá dá cá” na relação com o Congresso Nacional.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno:
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

O Plano Real das contas fiscais?

Reforma do INSS precisa atingir estados e municípios



A economista-chefe da ARX, Solange Srouf - Divulgação

27.jun.2019 às 2h00

Solange Srouf

Desde a promulgação da Constituição Federal, já tivemos seis emendas constitucionais (ECs) que alteraram as regras previdenciárias.

A primeira foi com Itamar Franco, em 1993. Cinco anos mais tarde, Fernando Henrique Cardoso aprovou a sua, perdendo por um voto a instituição da idade mínima. Posteriormente, nos governos do PT, outras quatro ECs de reformas previdenciárias foram aprovadas: as duas primeiras com Lula, em 2003 e 2005, e as outras duas com Dilma.

Ficam, então, as questões: será que a EC de Bolsonaro será o Plano Real das contas fiscais, que depois de tantos fracassos finalmente nos trouxe a estabilidade de preços? O Brasil finalmente se tornará, nos próximos meses, um país solvente?

Caso seja aprovado com uma economia próxima a R\$ 800 bilhões, o projeto

deste governo poderá estabilizar a dinâmica negativa das contas da Previdência e do governo federal, mas ainda não será suficiente para colocar os gastos em trajetória decrescente. Se estados e municípios ficarem mesmo de fora da reforma, nem essa estabilização será possível. Estima-se que deixaremos de economizar R\$ 350 bilhões em dez anos, uma conta que certamente será paga pela União.

Infelizmente, a questão fiscal vai muito além dos gastos previdenciários. O atual governo não tem base política forte e perde a cada dia que passa sua capacidade de impor uma agenda ao país. O Congresso não dorme no ponto e já toma esse papel para si. Desde o começo do ano, o Executivo já contabiliza derrotas expressivas, como a aprovação do Orçamento Impositivo, a limitação do uso de medidas provisórias (MPs) e a derrubada de vetos importantes. Por pouco não perdeu a reforma administrativa, a aprovação do crédito suplementar (que colocava em risco o pagamento de benefícios sociais) e a MP que lidava com as fraudes do INSS.

Uma vez aprovada a reforma da Previdência, a pauta do Congresso será, sem dúvida, tomada pelo interesse dos deputados em aumentar as transferências aos seus estados.

Sem nenhuma contrapartida, o governo já cedeu a estados e municípios 30% do que arrecadará com a cessão onerosa, um presente não recorrente que poderá ser gasto da forma que os governadores e prefeitos bem entenderem, inclusive contratando gastos permanentes.

Paralelamente, temos a discussão da mudança do indexador das dívidas dos estados com a União e a questão da destinação aos estados de parte significativa do Fundo Social, criado no governo Dilma com receitas advindas do excedente em óleo da União e royalties. Em breve, teremos também a tramitação do “Plano Mansueto”, que visa socorrer estados que não conseguiram limitar suas despesas e correm o risco de serem excluídos do plano de renegociação feito em 2016 com a União. A princípio, o plano estabelece uma série de contrapartidas para ajudar tais entes, mas pode ser bem desfigurado no Congresso.

Uma notícia que nos faz lembrar inevitavelmente a “nova matriz econômica” do governo Dilma é o programa Retrem, que poderá ser lançado até o fim desta semana. Será uma linha de crédito subsidiada com recursos do FGTS para melhorar o transporte coletivo e aquecer a indústria ferroviária. A nova linha ressuscitará a exigência de conteúdo local. Parece que esquecemos quanto isso já nos custou caro em termos fiscais e em crescimento.

Temos desafios enormes pela frente. A recuperação da mais longa crise de nossa história está sendo dolorosa e exige mais urgência. Após a aprovação da

Previdência, precisamos redobrar nossa atenção para que Congresso e Judiciário não afrouxem, sem alardes, a restrição fiscal atual. O Supremo irá julgar, em breve, se a redução da carga horária e dos salários dos servidores públicos, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, é constitucional.

São esses testes que, juntamente com a pauta dominada pelo Congresso, nos dirão se o Brasil será solvente ou não. De nada adiantará estancar o crescimento das despesas previdenciárias se, ao mesmo tempo, permitirmos que a expansão fiscal continue descontrolada em outras rubricas. Caso isso aconteça, perderemos as duras conquistas do passado, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos.

Solange Srouf

Economista-chefe da ARX Investimentos desde 2005 e ex-economista da Nobel Asset Management e do Banco BBM

27/06/2019 - 05:00

Uma regra fiscal desmoralizada

Por Ribamar Oliveira



A proposta orçamentária para 2020, que o governo encaminhará ao Congresso até o fim de agosto, também vai prever despesas primárias obrigatórias cuja execução dependerá de endividamento futuro, a ser autorizado pela maioria absoluta de deputados e senadores. Dito de uma forma mais direta, o governo não cumprirá também no próximo ano a chamada "regra de ouro" das finanças públicas.

Por essa regra, a União não pode aumentar sua dívida para pagar despesas correntes. Somente para cobrir despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida). A razão disso é que o crescimento do endividamento para pagar despesas correntes significa a transferência do pagamento dos encargos presentes para as gerações futuras, sem nenhuma contrapartida que as beneficie.

Neste ano, o governo solicitou ao Congresso permissão para emitir títulos públicos no montante de R\$ 248 bilhões para pagar despesas com benefícios previdenciários, do programa Bolsa Família, benefícios para pessoas idosas e com invalidez, entre outros gastos. Todas são despesas correntes.

Governo ainda não encaminhou plano de revisão de gastos

A permissão para que a mesma sistemática possa ser usada no próximo ano consta do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), em discussão, neste momento, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. O artigo com o dispositivo será aprovado sem grande dificuldade porque não há como fechar o Orçamento do próximo ano sem fazer operações de créditos acima do permitido pela Constituição.

O Brasil tem, portanto, uma regra fiscal que, toda vez que o governo não consegue cumpri-la, pede autorização ao Congresso para não fazê-lo. E os parlamentares autorizam, com alguma resistência, que para ser vencida resulta em maiores gastos. Pelo menos foi o que aconteceu neste ano e, provavelmente, é o que acontecerá nos próximos. A pergunta a ser feita é qual é a importância dessa regra, da forma como está redigida na Constituição?

Antes de mais nada é bom lembrar que a regra só foi cumprida, nos últimos anos, com o uso do lucro contábil do Banco Central obtido em suas operações com reservas cambiais e com o pagamento antecipado pelo BNDES dos empréstimos que recebeu do Tesouro.

A primeira fonte secou, pois a Lei 13.820, de maio deste ano, determinou que o lucro contábil nas operações do BC com as reservas cambiais seja destinado a uma reserva, e não poderá mais ser transferido ao Tesouro. A segunda fonte está minguando, pois o BNDES terá pago antecipadamente, até o fim deste ano, a maior parte do que recebeu do Tesouro. Sobrarão poucos recursos para serem pagos. Sem esses truques contábeis ficará mais difícil para o governo cumprir a "regra de ouro".

O PLDO prevê déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) até 2022. Isto significa que, até lá, o governo terá que emitir títulos para pagar despesas correntes. O cálculo atual para estimar a insuficiência da "regra de ouro" considera outros arranjos, que não cabe aqui especificar. Mas é importante observar que até há pouco tempo o

extinto Ministério do Planejamento tinha uma metodologia própria, e o extinto Ministério da Fazenda, outra, para calcular a insuficiência.

A atual redação da "regra de ouro" na Constituição tem, pelo menos, dois problemas graves. O primeiro é que não estabelece punições para o governo que descumprir a regra. O segundo é que não define medidas de ajuste a serem adotadas pelo governo quando a regra for descumprida nem prazo para que isso ocorra.

O governo do ex-presidente Michel Temer elaborou a proposta orçamentária para 2019 sem demonstrar que a "regra de ouro" estava sendo cumprida. Utilizou um artifício, aceito pelo Congresso, de condicionar despesas obrigatórias à realização futura de operações de crédito, a serem aprovadas, pela maioria dos deputados e senadores, no ano seguinte ao da elaboração do Orçamento. Nada foi proposto, no entanto, para corrigir os desvios que resultaram no não cumprimento da "regra de ouro".

Para tentar corrigir essa omissão, pelo menos parcialmente, o relator do PLDO válida para 2019, o então senador Dalirio Beber (PSDB/SC), incluiu em seu parecer determinação para que o presidente da República encaminhasse ao Congresso um plano de revisão de despesas e receitas, inclusive de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia para o período de 2019 a 2022, "acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos financeiros anuais".

O plano deveria priorizar medidas voltadas à redução de renúncia e ao aumento de receita, ao combate à sonegação, à progressividade tributária e à recuperação de créditos tributários. Deveria ainda estabelecer prazo de vigência para cada benefício e cronograma de redução de cada benefício, de modo que a renúncia total da receita, no prazo de dez anos, não ultrapasse 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, a renúncia está em torno de 5% do PIB.

Até agora, o governo não encaminhou ao Congresso o plano previsto na Lei 13.707/2018. Por meio do decreto 9.834, do início deste mês, o presidente Jair Bolsonaro criou, no entanto, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Acredita-se que, a partir das avaliações que serão feitas por este conselho, o governo deverá adotar medidas para rever e alterar as políticas públicas que estão sendo executadas.

No caso da renúncia fiscal, o governo informa, no texto do PLDO, que o presidente da República encaminhará ao Congresso, somente no próximo ano, plano de revisão de benefícios tributários com previsão de redução anual equivalente a 0,5% do PIB até 2022. Isto significaria uma redução da renúncia de receita em torno de R\$ 39 bilhões em 2020, se o plano entrasse em vigor de imediato.

É improvável que o governo volte a cumprir a "regra de ouro" nos próximos anos. A realidade torna necessária uma revisão do texto constitucional que trata da regra, pois ela, na prática, foi desmoralizada.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Coluna Painei
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

27.jun.2019 às 2h00

Desconfiança contamina Congresso e oposição age para adiar Previdência



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente Jair Bolsonaro. (Foto: Pedro Ladeira/Folhapress)

Quem pisca primeiro? Tanto a desconfiança da capacidade do governo Bolsonaro de honrar compromissos que assumiu com líderes de partidos quanto a série de ataques do clã presidencial à cúpula do Congresso azedaram o clima pró-reforma da Previdência. Dirigentes de siglas dizem que ainda há votos para aprovar a proposta, mas não descartam jogar a discussão no plenário para o próximo semestre. A mudança de humores deu brecha à oposição, que tenta adiar a análise na comissão especial por cinco sessões.

Se poupe A inclusão de estados e municípios no texto da reforma da Previdência ainda na comissão especial foi descartada por dirigentes partidários. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que trabalhou muito para reverter a situação, foi avisado de que o esforço seria em vão.

Faça você mesmo A única alternativa, agora, é tentar, durante a votação do texto no plenário, ou seja, na última etapa da tramitação na Casa, incluir uma emenda que preveja a adoção das regras mediante aprovação de mensagem dos governadores ou dos prefeitos pelos legislativos locais.

E os russos? O clima de desconfiança que se instalou no Congresso nesta quarta (26) caiu na conta do ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e da líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP). Aliados do Planalto dizem que os dois alinhavaram acordo para a liberação de verbas a deputados sem antes avisarem os ministérios.

SOS O general Luiz Eduardo Ramos, que vai assumir a Secretaria de Governo, foi acionado por integrantes do PSL para tentar organizar os repasses. Formalmente, ele ainda não tomou posse. O acordo entre Onyx e os partidos foi revelado pelo Painei na última quinta-feira (20).

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Governo manda ministérios liberarem lote extra de emendas a fiéis à reforma

Deputado favorável à Previdência terá R\$ 10 mi por apoio na comissão e mais R\$ 10 mi no plenário

27.jun.2019 às 2h00

BRASÍLIA

O governo abriu nesta quarta-feira (26) o sistema digital de vários ministérios para liberar lotes extras de emendas a deputados que aceitarem votar a favor da reforma da Previdência.

Pelo acerto, confirmado pela **Folha** com vários parlamentares, serão R\$ 10 milhões a mais por congressista que apoiar o governo na comissão especial da Câmara e outros R\$ 10 milhões extras no plenário.

O presidente Jair Bolsonaro sempre criticou o que chama de “toma lá dá cá” na relação com o Congresso Nacional.

A abertura do sistema nos ministérios significa, tecnicamente, dar acesso remoto aos congressistas e prefeitos às rubricas específicas em que eles podem direcionar verbas do Orçamento.

Esses recursos podem ser destinados a obras e investimentos em redutos eleitorais, como recapeamento de ruas, construção de quadras esportivas e creches.

Com a abertura do sistema, deputados podem destinar recursos para ações de fomento da agricultura, de saúde e de educação, entre outras.

Normalmente, cada um dos congressistas já tinha direito a apresentar R\$ 15,4 milhões em emendas ao Orçamento de 2019, que é um valor de execução impositiva, em quase sua totalidade.

A verba, cujo processo de liberação começou nesta quarta, é um dinheiro extra, que vinha sendo oferecido pelo ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) como moeda de troca pelo apoio dos congressistas.

A Casa Civil afirma que a abertura do sistema e o calendário para cadastramento de emendas parlamentares é escolha de cada ministério.

Inicialmente, conforme a Folha revelou, a oferta era de R\$ 10 milhões extras

por ano, por parlamentar fiel, até 2022. A maioria dos partidos, porém, considerou que o Planalto, uma vez aprovada a reforma, não cumpriria a promessa nos anos seguintes.

Com isso, a gestão Bolsonaro dobrou a oferta, oferecendo um extra de R\$ 10 milhões por semestre, não mais por ano. O valor total da negociação pode chegar a R\$ 40 milhões, conforme antecipou o Painel da Folha.

Mesmo assim, a desconfiança continuou: nada assegurava que seria cumprida a palavra pelo governo, que mantém uma relação instável com o Congresso.

Diante do impasse, o Planalto mudou a oferta, diante da falta de apoio para fazer avançar a Previdência: agora a promessa é de pagamento de R\$ 10 milhões imediatamente, com a abertura do sistema nos ministérios, e mais R\$ 10 milhões no momento da votação no plenário.

Essas emendas adicionais atendem até aos novos parlamentares, que, em tese, só teriam direito a manejar o Orçamento de 2020.

A oferta desta quarta, embora tenha atendido ao anseio de muitos, não agradou à cúpula de PP e PR, dois dos principais partidos do centrão.

Esses parlamentares afirmam que, por já estarem calejados com propostas não cumpridas pelo governo, só aceitam destravar a votação da Previdência quando todo o processo burocrático de liberação das verbas nos ministérios estiver concluída.

O prazo varia de ministério a ministério e depende da capacidade técnica de cada prefeitura.

Líderes do centrão, o agrupamento de siglas médias comandadas pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmam que a proposta da Previdência, que é a prioridade legislativa do governo Bolsonaro, só deve ser votada na Câmara entre o fim de agosto e início de setembro.

Caso esse cronograma se confirme, será um atraso considerável em relação ao planejamento inicial do ministro da Economia, Paulo Guedes, e de Bolsonaro, que era de aprovar a reforma na Câmara e no Senado ainda no primeiro semestre.

Na semana passada, a expectativa da equipe econômica era que a reforma da Previdência fosse aprovada na comissão especial da Câmara até esta quinta-feira (27), como estimava Maia.

A discussão sobre a reforma da Previdência passou a ser mais política do que técnica, apesar de —oficialmente— líderes partidários ainda usarem o discurso de que o texto precisa de melhorias para que tenha os 308 votos necessários no plenário —60% do total de 513 deputados.

ACORDO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS CONTINUA TRAVADO EM COMISSÃO

Após mais uma tentativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), continuam travadas as negociações em busca de um acordo para que a reforma da Previdência tenha efeito para estados e municípios.

Maia se reuniu com governadores do Nordeste nesta quarta (26), mas ainda não se chegou a um entendimento.

“Não faz diferença estar na reforma ou fora da reforma se não é uma reforma que dá solução ao déficit da Previdência”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). O governador da Bahia, Rui Costa (PT), também nega que a reforma resolverá o problema dos estados.

Líderes que representam a maioria da Câmara rejeitam aprovar uma reforma da Previdência que ajude no ajuste de contas de governadores e prefeitos que fazem campanha contra a proposta.

Ranier Bragon, Thiago Resende e Thais Arbex

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Irritado com o governo, centrão ameaça apresentação de relatório da Previdência nesta quinta

Líderes partidários se reuniram com o presidente da Câmara para discutir mudanças na reforma

26.jun.2019 às 21h21

Thiago ResendeThais Arbex

BRASÍLIA

Líderes do centrão querem impedir que o relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), apresente nesta quinta-feira (26) a nova versão da proposta, o que seria mais um adiamento no cronograma do principal projeto do presidente Jair Bolsonaro no Congresso.

Irritados com o governo, integrantes do grupo que representa a maioria da Câmara afirmam que a leitura do novo relatório deve ocorrer apenas na próxima semana, provavelmente na terça (2).

O centrão é um grupo de partidos independentes ao governo e que, juntos, são maioria na Câmara.

Deputados querem que o PSL, partido de Bolsonaro, desista de buscar regras mais benéficas para profissionais da segurança pública, o que desidrataria a reforma da Previdência num momento em que parlamentares têm desgaste político em votar uma medida impopular.

Por outro lado, parte do centrão insiste que Moreira suavize os critérios de aposentadoria para professores e também para os próprios parlamentares.

A declaração da líder do governo, deputado Joice Hasselmann (PSL-SP), também desagradou lideranças da Câmara. Ela informou que o governo negocia mudanças no BPC (benefício assistencial pago a idosos e deficientes).

Apesar de a proposta de Hasselmann facilitar o recebimento do benefício para famílias com pessoas com doenças raras e deficiência, a ideia não foi bem explicada e deputados interpretaram como algo ruim para a população.

Alguns líderes do centrão já estimam que a votação da reforma da Previdência no plenário da Câmara ocorra apenas no segundo semestre.

Tribuna

Congresso já tem votos para aprovar reforma, diz Alcolumbre

**DAVI
ALCOLUMBRE**

calcula que os votos para aprovar a reforma da Previdência estão garantidos na Câmara e no Senado e que o processo todo deve ser concluído após o recesso



ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), calcula que os votos para aprovar a Previdência estão garantidos na Câmara e no Senado e que o processo todo deve ser concluído após o recesso parlamentar. A expectativa é que a Câmara finalize a sua parte antes das férias de julho, que começam dia 18. O

Senado retoma a discussão em agosto e deve encerrar a votação em 60 dias. O senador diz ser "perto de zero" a chance de a Casa interromper o recesso para discutir o tema. "A Câmara já tem os 308 votos. No Senado, tem ampla maioria", apostou Alcolumbre em jantar promovido na segunda-feira, 24, pelo jornal digital Poder360. O jornal O Estado de S. Paulo participou do encontro como convidado.

Alcolumbre disse que o trecho da reforma que aumenta a alíquota dos bancos deve ser mantido no Senado. "Banqueiro ganha muito", justificou. O relator da proposta na comissão especial, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), teve de recorrer à alta de tributos dos bancos para compensar perdas com outras alterações no projeto. A conta adicional aos bancos prevê a elevação de 15% para 20% da Contri-

buição Social sobre o Lucro Líquido, o que vai engordar os cofres do governo em R\$ 5 bilhões por ano. O senador ressaltou que a aprovação da reforma não será resultado da articulação política do governo, mas do consenso de que a medida é necessária para a retomada do crescimento econômico. Tanto que sua aposta é que, após a votação, o governo terá dificuldades para aprovar sua agenda.

27/06/2019 - 05:00

Previdência responde por todo o déficit primário de maio

Por Edna Simão e Ana Krüger

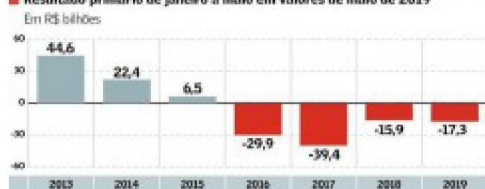
O rombo na Previdência respondeu por todo o resultado negativo das contas do governo central em maio. O déficit primário do governo central foi de R\$ 14,740 bilhões no mês, enquanto o resultado negativo da Previdência chegou a R\$ 14,918 bilhões. Tesouro e Banco Central registram pequeno superávit primário de R\$ 178 milhões. No ano, o déficit do governo central é de R\$ 17,494 bilhões. Em 12 meses, o resultado é negativo em R\$ 125,2 bilhões.

"Dentro do contexto atual de que a receita não está crescendo, o déficit só não piorou tanto porque houve queda da despesa primária", disse o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. O resultado primário de 2018 foi impactado, por exemplo, pelo resgate de R\$ 3,5 bilhões do fundo soberano.

Mais no vermelho

Previdência pesa, e déficit primário piora em maio

■ Resultado primário de janeiro a maio em valores de maio de 2019



■ Desempenho do governo central em maio deste ano

Em R\$ bilhões

Segundo Mansueto, análises feitas há alguns anos mostravam que o teto de gastos seria o grande limitador do resultado fiscal em 2019. "Não é o que está acontecendo. Estamos mais de R\$ 30 bilhões abaixo do teto com contingenciamento. O grande limitador ao funcionamento da máquina pública neste ano e consequentemente do desafio de cumprir a meta de primário estabelecida na LDO é a perda projetada de arrecadação."

Mesmo com esse cenário, a meta de déficit primário para o ano de R\$ 139 bilhões "tem que ser cumprida porque é meta", disse. Ele traçou um cenário

de dificuldade na execução dos serviços até o fim do ano por ministérios, inclusive Tesouro Nacional, por necessidade de recursos. A máquina pública só não vai parar porque o secretário espera uma entrada maior de recursos com concessões e cancelamento de restos a pagar para compensar a frustração de receita com a perspectiva de crescimento bem menor do que esperado.

Mansueto lembrou ainda que, só com os poços de petróleo já descobertos, a arrecadação com a exploração pode chegar a 1,5% do PIB em alguns anos. Mas o secretário demonstrou preocupação com o fato de os recursos obtidos com leilão de petróleo excedente do pré-sal não entrarem nos cofres públicos ainda neste ano. Ele afirmou que a previsão é de que o leilão ocorra em novembro e os recursos entrem no dia 27 de dezembro. Qualquer pequeno atraso jogaria os recursos para 2020.

Ele disse que o crédito extraordinário de R\$ 2,7 bilhões para pagamento de subvenção do diesel do ano passado não deve ser utilizado em sua integralidade neste ano. Isso deve diminuir o patamar dos restos a pagar, o que permitirá que a sobra seja alocada para outro tipo de despesa. Os restos a pagar no período de janeiro a maio de 2019 somam R\$ 91,8 bilhões, contra R\$ 61,3 bilhões no período, em 2018. O estoque de restos a pagar é de R\$ 76,8 bilhões. Em 2018, a essa altura, era de R\$ 75,5 bilhões.

O secretário frisou várias vezes que o cenário fiscal do país ainda é muito frágil. Na avaliação de Mansueto, com reforma da Previdência, sem contratações e sem reajustes salariais, é possível cumprir o teto. "Mas mesmo assim as despesas discricionárias, com investimentos ainda serão muito baixas."

Ao defender a aprovação da reforma da Previdência, Mansueto destacou que o gasto com pagamento de aposentadorias e pensões continuará crescendo, mas em ritmo mais lento. No total, o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) mais dos servidores públicos e pensões e militares somou R\$ 296,7 bilhões em 12 meses até maio e deve fechar o ano em

R\$ 314,9 bilhões (4,4% do PIB), considerando IPCA de maio.

Mansueto disse haver a possibilidade de repasse de recursos aos Estados que aderirem à abertura do setor de gás por meio do fundo social de exploração do pré-sal. O tema ainda está em estudo na Secretaria de Fazenda.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Governo registra déficit de R\$ 14,7 bi em maio, rombo 27% maior que um ano antes

Estimativa apontava para um déficit de R\$ 15 bilhões no mês

Fábio PupoDanielle Brant
BRASÍLIA

O governo central –que reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central– registrou déficit de R\$ 14,7 bilhões em maio. O rombo é 27% maior que o registrado um ano atrás e quarto pior para o mês na série histórica com valores corrigidos pela inflação.

O número do mês veio em linha com o esperado por analistas. A estimativa de consultorias e instituições financeiras compiladas pelo Prisma Fiscal, elaborado pelo Ministério da Economia, apontava para um déficit de R\$ 15 bilhões no mês.



Fábricas de matrizes e cédulas da Casa da Moeda do Brasil, em Santa Cruz na zona oeste do Rio de Janeiro - Fernando Frazão/Folhapress

O número de maio é resultado do déficit de R\$ 14,9 bilhões da Previdência no mês, já que o Tesouro Nacional teve superávit de R\$ 169 milhões e o BC teve saldo positivo de R\$ 9 milhões.

No mês, o governo registra uma queda de 1,4% nas despesas totais em relação a um ano atrás, movimento influenciado principalmente pela queda nas despesas com abono salarial e seguro desemprego e pelo corte nas chamadas discricionárias (aquelas que o Executivo pode cortar sem aval do Congresso).

Já a receita líquida teve queda de 1,2%, movimento causado pela arrecadação ainda com crescimento limitado e também pela venda de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Soberano em maio de 2018 (o que afetou a comparação).

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que o grande limitador do governo neste ano é a arrecadação, o que vem complicando o cenário para o cumprimento da meta fiscal (de R\$ 139 bilhões). Já a regra do teto de gastos não vem se mostrando um problema para a gestão, pois de janeiro a maio o governo atingiu apenas 38% do limite.

"O grande limitador do funcionamento da máquina pública neste ano é a perda projetada de arrecadação. No último relatório bimestral, projetamos uma perda de quase 0,5% do PIB. É uma queda grande para um país com déficit primário e que precisa fazer ajuste fiscal", disse.

Mansueto reafirmou a importância da reforma da Previdência, mas ressaltou que ela não cortará despesas – e sim diminuirá o crescimento delas.

"Não significa que o gasto da Previdência vai cair, ele continuará crescendo embora em ritmo mais lento", disse. Por isso, disse, mesmo com as mudanças aprovadas a limitação orçamentária do governo deve continuar. "Possivelmente, mesmo com reforma da Previdência esse cenário [de restrição de despesas] não vai mudar muito até o fim do ano. Logo, a capacidade de investimento não vai ser recuperada muito rapidamente", disse.

No acumulado do ano, o governo central registra um déficit de R\$ 17,5 bilhões. Trata-se de um rombo 9,3% maior que o registrado no mesmo período de um ano antes.

Já em 12 meses terminados em maio, o déficit primário chega a R\$ 125,2 bilhões – o que representa 1,76% do PIB. A meta fiscal deste ano prevê para 2019 um rombo de R\$ 139 bilhões.

27/06/2019 - 05:00

Reforma tributária divide setor produtivo

Por **Marta Watanabe**

A necessidade de uma reforma tributária é uma unanimidade no setor produtivo e muitos são os pontos em comum defendidos entre os diversos segmentos. As prioridades, porém, são distintas.

Defendida pela equipe econômica do governo federal, a eliminação da contribuição previdenciária sobre folha é considerada bem-vinda por todos. Para o setor de serviços, ela é considerada prioridade e ponto inicial para qualquer outra mudança. Para a indústria, porém, o foco maior está no projeto que tramita no Legislativo, encaminhado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Baseada na tributação de bens e serviços, a proposta inclui Estados e municípios e promete transformar o ICMS, considerado o pior imposto do sistema tributário por vários segmentos industriais.

Atualmente são duas as propostas consideradas à mesa na seara tributária. Uma delas é a do governo federal, que ainda não apresentou projeto formal, mas tem divulgado as diretrizes das mudanças. Entre elas, a unificação dos tributos federais IPI, PIS e Cofins, além da desoneração da contribuição previdenciária sobre folha, cuja receita seria substituída por uma arrecadação sobre movimentação financeira.

As reformas

Principais pontos

■ Poder Executivo*

Retirada da contribuição previdenciária patronal sobre folha

Redução de dois a três pontos percentuais na contribuição previdenciária do trabalhador

Criação de novo imposto sobre pagamentos, de 0,8% a 1,2% sobre operações bancárias e qualquer transação econômica

Criação de IVA federal reunindo PIS, Cofins, IPI e parte do IOF

Numa segunda etapa, governo pode propor mudanças no IR, com alíquota padrão de 20% e isenção para quem ganha até cinco salários mínimos

■ Poder Legislativo

Criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) reunindo PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS

O outro projeto - PEC 45, que tramita no Legislativo -, baseia-se em proposta do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Ela estabelece a unificação dos tributos federais PIS, Cofins e IPI ao ICMS estadual e ao ISS municipal. Unificados, os cinco tributos dariam origem ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com cobrança no destino, crédito financeiro e alíquota unificada. A proposta prevê transição de dez anos para os contribuintes e 50 anos para Estados e municípios.

Luigi Nese, vice-presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), defende que a desoneração de folha de salários seja realizada antes de qualquer mudança na tributação de bens e serviços. "Sem a desoneração de folha fica difícil apoiar a proposta que na tramita no Congresso."

Nese lembra que a CNS defende há vários anos uma mudança no sentido de substituir ao menos parte da cobrança de contribuição previdenciária sobre folha por um recolhimento sobre movimentação financeira, num projeto muito semelhante às medidas já mencionadas pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra. A mudança na tributação sobre consumo, no projeto que tramita no Legislativo, deve elevar a carga do setor de serviços, diz Nese. "Por isso, é preciso que haja antes uma desoneração sobre a folha para que o setor de serviços possa avaliar o projeto do IBS. No mundo inteiro é o setor de serviços que emprega cada vez mais", argumenta.

A expectativa, diz Nese, é de que logo após a aprovação da reforma previdenciária, o governo federal apresente a proposta de reforma tributária contendo a desoneração de folha.

Para André Rebelo, assessor de assuntos estratégicos da presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), será preciso escolher entre fazer uma reforma mais abrangente, que contemple mais tributos, que é a do Executivo, ou uma mais profunda na tributação de bens e serviços, que é a que tramita no Legislativo.

"Isso terá que passar pelo Congresso para ser discutido", diz Rebelo. "A proposta do governo federal é mais abrangente, mas não mexe com Estados e municípios, o que é ruim para o setor produtivo." Do ponto de vista das indústrias, explica ele, o imposto que mais causa problemas é o ICMS, recolhido pelos Estados. "É o que mais arrecada e é o combustível da

guerra fiscal. O setor produtivo espera o fim disso, porque a guerra fiscal distorce muito as decisões empresariais."

A proposta do CCI-F, diz Rebelo, é considerada interessante, embora haja preocupação em relação à calibragem de alíquotas e também às discussões que podem ser geradas com a proposta de alíquotas uniformes. O período de transição de dez anos para os contribuintes também é considerado longo demais, explica Rebelo. De qualquer forma, diz, é considerado um projeto consistente e factível de ser aprovado ainda este ano, durante o segundo semestre. "Sobretudo se a comissão especial for formada antes do recesso, conforme tem sido indicado", diz ele.

Fazer uma reforma tributária é sempre difícil, mas pela complexidade do atual sistema e do ônus que causa, entendemos que ela deve ser feita numa pancada só, defende Hiroyuki Sato, diretor executivo e responsável pela área tributária da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas Equipamentos (Abimaq). "Assim sentimos a dor de uma vez, mas depois passa."

Segundo Sato, a entidade considera viável a aprovação do projeto de reforma tributária ainda este ano. Eventual resistência de Estados e municípios preocupa, diz ele, mas ele acha que os entes federados aceitarão a reforma. "Eles não têm outro caminho. Precisam da reforma para ter receitas e melhorar sua situação."

Para Sato, a reforma que o governo federal tem defendido, que inclui a unificação de tributos federais, como IPI, PIS e Cofins, sem contemplar ICMS ou ISS, é uma mudança parcial. Para Sato, se houver uma reforma apenas com tributos federais, a "segunda parte", que incluiria Estados e municípios, irá demorar para se efetivar. "Isso vai acabar se arrastando por muito tempo e a dificuldade não vai terminar. Vamos levar nisso dez ou quinze anos." Segundo ele, a reforma previdenciária e a tributária são a chave para que o Brasil possa reativar economia. "Do contrário ficaremos nesse marasmo."

Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), também avalia que o melhor caminho é uma reforma tributária que abarque todos os entes da federação. Ele diz, porém, que a discussão sobre a reforma no âmbito dos Estados, com o impacto a cada ente, é um "caminho tortuoso" e foi um obstáculo à discussão do assunto em períodos anteriores.

Em razão dessa dificuldade, avalia Pimentel, o governo federal tem colocado uma mudança somente nos tributos federais, mas que estaria em linha com o que está no Congresso, deixando o caminho para as adesões posteriores de Estados e municípios. Mas caso governo federal encaminhe a proposta e se vote pela unificação dos tributos federais primeiramente, defende ele, é preciso que a inclusão do ICMS e do ISS não seja deixada de lado e continue tramitando.

José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), tem opinião semelhante. Dentre as reformas tributárias em discussão, diz a proposta do governo federal é mais simples por envolver apenas tributos federais. "Pela sua simplicidade relativa, sua tramitação pode acontecer mais rapidamente, com mais chances de ser aprovada no curto prazo", diz.

A unificação dos tributos federais, diz, seria um laboratório para a alteração que se discute no Legislativo envolvendo Estados e municípios e depois poderia ter a adesão dos governos regionais. Para Roriz, a proposta do governo federal tem mais chances de ser aprovada ainda este ano.

A aprovação de uma reforma nos moldes do que vem sendo defendido pelo governo federal, porém, diz Roriz, não pode parar a discussão da reforma tributária que está no Legislativo e que propõe mudanças envolvendo Estados e municípios. "Para as empresas, o imposto mais complicado hoje é o ICMS. É preciso uma reforma de todo o sistema tributário e essa proposta vem sendo discutida há muito tempo. O que torna ela mais difícil de ser aprovada é o impacto que pode trazer do ponto de vista de Estados e municípios."

As indústrias, também veem com bons olhos, destaca Roriz, a parte da proposta do governo federal que estabelece a eliminação da contribuição previdenciária sobre folha de salários, o que reduziria carga tributária sobre produção. No caso da indústria de confecção, mais intensiva em mão de obra, essa medida seria muito interessante, diz Pimentel, da Abit. No segmento têxtil também seria importante, embora com repercussão menor. "O que pode gerar controvérsias em relação a isso é que a proposta divulgada pelo governo inclui compensar essa arrecadação com um tributaçã sobre movimentação financeira que lembra a CPMF e há preocupação da distribuição dessa carga entre os setores."

27/06/2019 - 05:00

Witzel quer fim de 2ª instância para processo relativo a tributos

Por Rodrigo Carro



O governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), determinou a extinção do conselho de contribuintes, órgão colegiado que funciona como segunda instância no caso de processos administrativos relacionados a temas tributários. No caso do Estado do Rio, foram julgados pelo conselho - composto por representantes da Fazenda estadual e de entidades de classe da indústria, do comércio e da agricultura - cerca de mil processos administrativos no ano passado, volume equivalente a R\$ 2 bilhões. O prazo para dissolução da instância revisora ainda não foi estabelecido.

De acordo com o secretário estadual da Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, a intenção do governador é principalmente dar mais celeridade à tramitação dos processos administrativos relacionados a autos de infração tributária. "O tempo médio de julgamento dos processos administrativos [pelo conselho de contribuintes] varia entre dois e três anos, mas em alguns casos este prazo pode ser muito maior", explica Carvalho. Outra preocupação de Witzel está relacionada ao custo administrativo de funcionamento do conselho, num momento em que o Estado começa lentamente a se recuperar de uma crise fiscal aguda.

Ainda segundo o secretário cerca de 70% dos autos de infração tributária julgados são confirmados pela instância revisora. O percentual se refere ao valor, e não à quantidade de processos. "O governador entende que, se temos uma instância que custa aos cofres públicos, demora para julgar e confirma 70% dos autos de infração, não há por que não encurtar a tramitação do processo", justifica Carvalho.

Um contribuinte multado pelo fisco fluminense pode recorrer, em primeira instância, a uma junta revisora formada por três auditores, que são servidores públicos estaduais. Se a multa for mantida, existe a possibilidade de recurso ao conselho de contribuintes. O órgão deliberativo colegiado é subdividido em quatro câmaras, com quatro conselheiros em cada uma.

Metade dos integrantes está ligada à Fazenda estadual, e o restante, a entidades de classe que representam os contribuintes. "É uma composição que busca a igualdade de armas", diz o secretário estadual da Fazenda, a respeito do equilíbrio de forças dentro do colegiado. Além dos 16 titulares, há um número igual de suplentes.

Caso não concorde com as decisões administrativas de primeira e segunda instâncias, o contribuinte pode levar a disputa para a esfera judicial. A extinção do conselho deixaria a Justiça como única alternativa para os contribuintes fluminenses contestarem decisões da junta revisora.

O conselho de contribuintes do Estado do Rio de Janeiro inclui representantes das federações estaduais da indústria (Firjan), do comércio (Fecomércio RJ) e da agricultura (Faerj), além do SindiTeleBrasil, sindicato que reúne as maiores operadoras de telecomunicações do país. Carvalho esclarece que ainda não há um prazo estipulado para a extinção do colegiado: "Vamos iniciar um debate público a esse respeito", afirmou.

Especialista em direito tributário, o advogado Guilherme Oliveira sustenta que a extinção do conselho de contribuintes - em qualquer Estado da federação - viola uma das garantias fundamentais da Constituição brasileira: o direito ao contraditório e à ampla defesa em processo judicial ou administrativo. "Se houver uma instância única, não vou ter como

garantir o direito de que haja uma revisão [da decisão] por uma instância superior, conforme está na Constituição", esclarece o sócio do escritório Oliveira e Belém Advogados.